

# Anais da Assembléia

Nº 4

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 05 DE MARÇO DE 1975

ANO I

## 1ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura

Ata da 3ª Sessão Ordinária — Realizada em 5 de março de 1975.

(Quarta-Feira)

Presidência do Dr. Deputado Paulo Camargo, Secretariada pelos Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima e Leopoldo Jacomel.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Luiz Gabriel Sampaio, José Antonio Delciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Lúcio Machado, Dácio Leonel, Deny Lineu Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Barbosa, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Accioly Neto, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Sioni Neto, Muggiati Filho, Jurandir Messias, Nelson Buffara, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nilson Sguarezzi, Oswaldo Macedo, Otássio Pereira da Silva, Quiélce Crisostomo, Rosário Piteli, Trajano Bastos de Oliveira, Walter Pietrângelo, Valdenício Barbalho, Werner Wanderer, (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados: David Ferdermann, Hélio Manfrinato, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Wilson Fortes. (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### OFÍCIOS:

Sob o nº 299/74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº:

154/74: Oriundo de Mensagem Governamental sob o nº 56/74, que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimento para o Triênio 1975/1977, o qual convertido em Lei tomou o número 6.632. — AGRADEÇA-SE.

Sob o nº 79/74, do Senhor PEDRO ANTONIO DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste, em nome daquela Casa congratula-se pela vitória de todos os componentes deste Legislativo Estadual, conseguida em 15 de novembro anterior. — AO CONHECIMENTO DA CASA.

Sob o nº 85/74, do Senhor APARECIDO BERNARDO CALDERARO, Presidente da Câmara Municipal de Iguaçu, atendendo solicitação da bancada do MDB, a qual solicita que seja apresentada aos ilustres parlamentares, do Movimento Democrático Brasileiro, os parabéns pela brilhante vitória no último pleito, desejando que façam uma feliz e profícua gestão junto ao Governo do Estado. — AO CONHECIMENTO DA CASA.

### REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente.

vas regimentais, REQUER, em Ata da presente Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do ilustre homem público, Pedro Aleixo, cuja formação democrática honrou sobremaneira a vida pública brasileira.

Homem que abriu a luta no País contra o bipartidarismo que deixou de assumir a Presidência da República por motivos que só a história vai nos contar, quando suas páginas puderem ser abertas ao povo. PEDRO ALEIXO, mesmo morto, continua sendo um dos símbolos mais importantes da luta de um povo pelas conquistas democráticas. Todo democrata, que tenha respeito pelas instituições, que considere a liberdade como ponto de honra de sua vida pública, deve ter no exemplo de Pedro Aleixo, um dos maiores e mais impressionantes exemplos de serviços locais e brilhantes pela liberdade e pela democracia.

Sala das Sessões, em 5 de março de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo assina, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido Plenário, seja consignado na Ata desta Sessão de voto de congratulações aos integrantes da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Curitiba, eleita no dia 1º do corrente, a qual é formada pelos Vereadores Donato Gulin, Presidente; João Queirós Maciel, 1º Vice-Presidente; Adhail Sprenger Passos, 2º Vice-Presidente; João Derosso, 1º Secretário; Amadeu de Mío Gera, 2º Secretário; José Domingos e Ivanir Ivay Stival, Suplentes de Secretário.

Requer ainda, aprovado este Requerimento, dê-se ciência da decisão desta Casa à Câmara Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 5 de março de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, que a Casa envie, através telex, apelo ao Sr. Presidente do Banco do Brasil e ao Coronel Walter Peracchi Barcellos, no sentido de que sejam apressadas a construção e instalação da Agência de Marechal Cândido do Rondon.

A urgência na instalação desta agência é sentida através de reclamos tanto dos agricultores, comércio e indústria que, para solicitação de empréstimos rurais e operações comerciais necessitam locomover-se até a cidade de Toledo, agência deste Banco mais próxima, incorrendo tudo isto em sérias dificuldades, como a de locomoção dada as condições precárias da estrada em dias chuvosos, grande perda de tempo e o grande acúmulo de serviço registrado na agência de Toledo por esta atender uma região de enorme produção agrícola e consequente comércio ascendente.

Acreditamos nesta justa reivindicação pelo progresso do Município de Marechal Cândido Rondon, Município da Produção, seja possível o imediato início da construção do prédio que abrigará esta Agência, uma vez que os terrenos já foram escriturados ao Banco do Brasil.

Sala das Sessões, em 5 de março de 1975.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas, a) WERNER WANDERER

Senhor Presidente.

Requeiro, ouvida a Casa, a publicação nos Anais do documento anexo e o encaminhamento urgente do mesmo à Direção do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — I.B.D.F.

Sala das Sessões, em 5 de março de 1975.

a) TRAJANO BASTOS

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições com base no Regimento Interno, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Diretor do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, solicitando providências no sentido de, em convênio com o Município de Maringá, providenciar o serviço de regularização do leito do Ribeirão Maringá.

JUSTIFICATIVA: O Ribeirão Maringá apresenta uma séria elevação do fundo do leito e durante as chuvas, as águas elevam-se e inutilizam uma faixa imensa às suas margens, áreas antes propícias à cultura.

Vale-se ressaltar que da cabeceira, em apenas 8.000 metros de curso, o Ribeirão Maringá corta 96 (noventa e seis) propriedades que variam de 5 (cinco) a 25 (vinte e cinco) Ha, chegando em alguns casos, a perder 50% dos lotes agrícolas.

Por solicitação do Prefeito Municipal de Maringá, em abril do ano p.p. esteve em Maringá o ilustre engenheiro Paulo Afonso Tranchinsk do D.N.O.S., tendo constatado "in loco" a gravidade do problema e adiantado que nos próximos 8 (oito) meses, daquela data, teria referido o Departamento condições de deslocar uma draga até o local.

Ocorre, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que já se vai quase um ano da visita do referido engenheiro e nenhuma providência foi concretizada, motivo pelo qual, reclamamos a urgente atenção para solução definitiva do problema.

Sala das Sessões, em 5 de março de 1975.

a) ANTONIO FACCI

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência e à Casa, para os fins de direito, terem sido designados para Vice-Líderes da Bancada do M.D.B., os Senhores Deputados: Antonio Facci, Enéas Faria, Hélio Manfrinato, Luiz Carlos Zuk, Osvaldo Macedo, e Trajano Bastos de Oliveira, sem prevalência de função de um para outro quanto a ordem de colocação.

Sala das Sessões, em 5 de março de 1975.

a) MUGGIATI FILHO

## PROJETOS DE RESOLUÇÃO:

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Resolve:

Art. 1º — O Art. 73, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 73 — As Sessões Ordinárias, de segunda-feira, terça-feira e quarta-feira terão início às 14,30 horas e durarão no máximo 4 horas.

§ 1º — As Sessões, de quinta-feira serão realizadas no perío-

do matinal, em horário a ser fixado pela Presidência.

§ 2º — As sextas-feiras serão destinadas, exclusivamente para reuniões das Comissões”.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução 21/68, de 20 de setembro de 1968 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de março de 1975.

a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICAÇÃO: O presente Projeto virá dar maior mobilidade aos trabalhos legislativos.

## PROJETOS DE LEI:

### PROJETO DE LEI Nº 10/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir um prédio de alvenaria destinado ao funcionamento de cursos de 1º Grau, parte final (do 5º ao 8º ano), Distrito de Santa Felicidade, nesta Capital.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1975.

a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICAÇÃO: O progressista Distrito de Santa Felicidade, de há muito se ressentia da falta de um estabelecimento de ensino capaz de atender as crianças em idade escolar.

Solicitamos dos ilustres Pares, o devido apoio e a consequente aprovação deste plano de lei.

### PROJETO DE LEI Nº 11/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a assumir pelo Departamento de Estradas de Rodagem, a responsabilidade de conservação e melhoria, da estrada do distrito de ROSÁRIO, município de Grandes Rios, que liga Poço Comprido, Palmital e Rio do Peixe à BR-376, no Município de Ortigueira.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de março de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA: O Distrito de Rosário, um dos mais importantes Distritos que compõem o Município de Grandes Rios, de há muito se representa da conservação dessa importante rodovia. Por tratar-se de Distrito dos mais populosos, e dos que mais produz no setor agrícola daquela região, de há longo tempo para cá se faz por merecer tal benefício.

Contamos com o devido apoio dos ilustres pares na aprovação deste plano de Lei.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Na Sessão de 2ª feira foi aprovada por esta Casa a constituição de uma Comissão de Deputados para representar a Assembléia Legislativa nas exposições feiras a serem realizadas nas cidades de Londrina e Paranavai.

A Mesa designa para representar esta Casa, nas festividades de Londrina, os Srs. Deputados que representam aquele Municí-

pio, José Antonio Del Ciel, Dácio Leonel, Lázaro Dumont, Osvaldo Macedo e Otássio Pereira.

Para a exposição de Paranavai os Srs. Deputados Waldenício Barbalho e Wilson Fortes.

Determina a Mesa que a portaria desta Casa consigne a presença dos Srs. Deputados que quiserem ir a Londrina, na Sessão de 6ª feira pela manhã e a Paranavai no dia em que os Srs. Deputados que desejarem se: encaminhar àquela cidade.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio.

O SR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No momento em que pela primeira vez ocupamos a Tribuna desta Casa, queremos saudar nossos colegas de Assembléia, de ambos os Partidos, do MDB e de meu Partido, a ARENA.

Acho — e é minha opinião pessoal — que nesta 8ª Legislatura teremos pela frente momento histórico a ser enfrentado e esta Assembléia, em nossa opinião, terá uma participação das mais relevantes.

Tenho a impressão de que todos nós, Deputados do Paraná, teremos a condição de participar ativamente da transformação histórica por que este País passa após o advento das eleições de 15 de novembro.

O que me traz à Tribuna, nesta oportunidade, é um assunto de interesse de muitos Deputados, porque nas regiões de Maringá, Londrina e Ponta Grossa temos cerca de mais de 15 representantes com interesses direto ou indireto. E, pretendemos, com a atitude que tomaremos, neste instante — e nos reservamos o direito, de, oportunamente, voltar à Tribuna com mais tempo para discorrermos sobre o assunto, com mais detalhe.

Pretendo fazer com que esta idéia, que não é original nossa, mas de interesse do Paraná, que não tenha uma paternidade definida, mas pertença a todos os Deputados desta Assembléia.

Falamos sobre o problema das três universidades: Maringá, Ponta Grossa e Londrina. Temos dois fatos importantes: primeiro, que, no atual se encontra na Pasta do Ministério de Educação e Cultura, um paranaense, Ney Braga, temos também o interesse de resguardar todo o corpo docente e discente desta Universidade, procurando uma democratização no Ensino Superior do Paraná. E falo em democratização, referindo-me à oportunidade igual a todos os jovens que procuram, nas universidades estaduais, o seu aprimoramento e transformação em profissionais.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou encaminhar à Mesa um Requerimento vasado nos seguintes termos: (Lê):

“O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer o encaminhamento, ao Exmo. Sr. Ministro da Educação, NEY BRAGA, de apelo no sentido da federalização das Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, como um imperativo da democratização do ensino universitário, já que o elevado número de estudantes integrados nessas três unidades ultrapassa a capacidade do Estado para subvencionar os custos operacionais que a contribuição pecuniária dos alunos não consegue cobrir.

Requer, ainda, que do presente Requerimento seja dado conhecimento, por ofício, aos membros da Bancada da ARENA, no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 05 de março de 1975.

a) LUIZ GABRIEL SAMPAIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, repetindo que disse no início, pretendo voltar a esta Tribuna para discutirmos as medidas necessárias para que possa esta Assembléia, batalhar, unida, por estes benefícios ao Paraná e que serão de maior importância para a Educação do Paraná, Sabemos a imensa afluência de recursos destinados às universidades estaduais. Mas, hoje as nossas Universidades exigem muitas pesquisas de altos custos, e, portanto, maiores recursos devem ser dados às nossas Universidades para melhor

alcançarem os seus objetivos.

Portanto, voltaremos aqui para conclamar os Srs. Deputados à discussão deste assunto que é de maior importância para o Paraná. E, repito mais uma vez, essa idéia será sem paternidade, mas como uma idéia desta Assembléia.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira da Silva, segundo orador inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA DA SILVA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O que me traz à Tribuna são algumas matérias que dizem respeito aos interesses de nossa gente.

Uma, solicitando informações sobre a viabilidade técnica com respeito à Estrada do Cerne e seu possível asfaltamento.

Há um outro Projeto de Lei, transferindo à responsabilidade do DER a conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga a Rosário, Poço Comprido a Ortigueira

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta oportunidade vou ler aqui um Requerimento de minha lavra e que diz o seguinte:

“Senhor Presidente.

O Deputado, subscritor do presente e na forma regimental, requer seja encaminhado à Secretaria de Transportes, o seguinte pedido de informações:

Se foram iniciados os estudos de Viabilidade técnica, para o respectivo asfaltamento, da Estrada do CERNE, principalmente no trecho que liga Assaí, Santa Cecília, São Jerônimo, Sapopema e Curiúva.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA

Temos mais outra matéria em mãos (Lê).

“Senhor Presidente.

O subscritor da presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja inserida na Ata da Sessão de hoje in totum, o editorial do jornal “O ESTADO DO PARANÁ”, denominado “A Crise do Algodão”, publicado na edição de hoje do respeitado matutino paranaense.

O objetivo é registrar a identidade de pontos de vista entre a matéria editorial e os pronunciamentos deste Deputado, em defesa da cotonicultura paranaense, demonstrando, inequivocamente, que as mais diversas correntes da agricultura paranaense estão identificadas nesta luta para evitar que o pesadelo de 1974 seja transformado numa catástrofe desestimulante para o ano em curso, pois é necessário que o Governo Federal, que lançou ainda recentemente em Curitiba a CAMPANHA DA PRODUÇÃO, leve esta campanha ao campo, ao agricultor, como estímulo para que as safras sejam compensadoras e como incentivo ao agricultor, tão desencantado com a realidade da falta de apoio tanto com relação aos custos de produção como no setor de preços mínimos. O editorial do “O ESTADO DO PARANÁ” retrata esta situação, Senhor Presidente, Senhores Deputados, e deve constar da Ata desta Casa como um alerta que deve sair daqui, deste Paraná, Estado agrícola, para que o Brasil inteiro saiba da situação em que se estão os cotonicultores de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 5 de março de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA

O editorial retrata essa situação e deve constar da Ata desta Casa, como alerta que deve sair daqui deste Paraná, Estado agrícola, para que o Brasil inteiro saiba da situação em que estão os cotonicultores de nosso Estado.

Passo às mãos de V.Exa. o editorial do “O ESTADO DO PARANÁ”. Mas voltarei a este assunto no Grande Expediente, caso haja tempo.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, solicito a transferência de minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Instala-se hoje na Capital do Estado do Paraná a Cidade Industrial de Curitiba, fruto de forças conjugadas do Estado e do Município. Há dois anos, o Governador Emílio Gomes lançava polos industriais no Estado do Paraná, distribuindo-os entre o Sul, o Norte e o Oeste do Estado. O Governador, assumindo o Poder Estadual em momento difíceis porque passava a vida política de nosso Estado e do País, "decididamente lançou-se para queimar etapas e reconquistar tempos inaproveitados". Estas as palavras textuais de S. Exa. quando de sua posse.

O Prefeito Municipal de Curitiba, o jovem arquiteto Jayme Lerner respondeu com a sua "filosofia administrativa de prover para o futuro, tentando salvar a cidade do comprometimento que deteriora a vida dos habitantes dos grandes centros urbanos". Pôs mão à obra cuidando do progresso, sem olvidar o seu conteúdo humano.

De mãos dadas, Emílio e Jayme Lerner inauguraram hoje a Cidade Industrial. Não é apenas o corte simbólico da fita de uma área reservada para o futuro. É um fato concreto. É uma obra real. É um polo industrial e é uma cidade humana. A infra-estrutura implantada. É energia elétrica à granel e a rede de água abastecendo; é a teia telefônica distribuída; é o sistema viário de acesso de contorno, num total de 15 quilômetros e mais outros 50 de estradas abertas; são 43 fábricas instaladas ou em andamento a oferecerem uma mão de obra para mais de 13.000 brasileiros que, já, no ano que vem, em 76 estará acrescida de 18.000 empregos diretos e a previsão de mais 28.000 empregos de forma indireta.

A contribuição da cidade industrial na arrecadação de nosso Estado representará cerca de 250 milhões de cruzeiros em ICM, portanto mais de 8% do total da arrecadação representada pelo ICM hoje em nosso Estado.

O polo industrial de Curitiba é uma realidade. Mas a cidade que envolverá esse centro está igualmente executado. A reserva da área verde é de 5.000.000 m<sup>2</sup>. O parque residencial em plena execução. Está prevista e planejada a rede escolar, os parques de lazer, os serviços de atendimento, como abastecimento, farmácias, templos, sociedades. A cidade industrial de Curitiba, estabelecida no vale do Rio Barigui, deve sobretudo representar a arrancada da afirmação do nosso Estado, o que foi designado denominar-se Desenvolvimento Industrial, tão necessário ao progresso paranaense.

Isto foi feito e executado, para que houvesse uma coexistência harmoniosa entre o homem e a fábrica, entre o progresso que gera riqueza, com a satisfação das necessidades humanas em seus valores.

Ao comunicar esta obra, que constitui orgulho para o Estado do Paraná, como líder do Governo e da Bancada do Partido que dá o sustento político ao Governo do Estado, devo vislumbrar nela o esforço que o Paraná quer emprestar ao Brasil, a fim de alcançarmos, cada um no seu rincão, as bases para o verdadeiro desenvolvimento econômico-social.

Registramos a conquista com orgulho, para nós paranaenses, porque até há pouco tempo éramos os produtores de matérias-primas, celeiro da agricultura, mas, não possuíamos nem a gro-indústria, nem polos industriais.

Cremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a nossa satisfação é a satisfação de todos os brasileiros mas se constitui, acima disso, no orgulho de todos os paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a Hora do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o

Grande Expediente, Sr. Deputado Trajano Bastos de Oliveira.

O SR. TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando assumo pela primeira vez a Tribuna desta Casa, é nosso desejo inicial estender os nossos cumprimentos aos ilustres Deputados que compõem esta Assembléia e, a par disso, fazer aqui os meus votos pessoais para que o nosso trabalho nesta Casa de Leis seja dos mais profícuos, e para que possamos dar uma parcela de colaboração no desenvolvimento da grande Nação Brasileira.

Quero ainda, Srs. Deputados, fazer votos de que a nossa conduta aqui tenha como objetivo principal, o engrandecimento do Brasil já grande, e que maior se torne, para a felicidade de todos nós.

Sr. Presidente, assumo a Tribuna, na qualidade de Vice-Líder de minha Bancada e por delegação do Líder, Deputado Mugiati Filho. Permita-me, Srs. Deputados, que traga ao conhecimento desta Casa um fato que se reveste da maior importância para o Estado do Paraná. Trata-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, das finalidades a que se propõe o Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de Dezembro de 1974, oriundo da Presidência da República. Trata este Decreto-Lei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da criação dos Distritos Florestais do Brasil, política esta encetada pelo Governo Federal, para promover e instalar o programa Nacional de Papel e Celulose, aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico em 4 de dezembro de 1974. Quando afirmei, Sr. Presidente, da importância que se reveste este Decreto para os interesses do Paraná, devo justificar este Plano de Instalação de Distritos Florestais no Brasil, já está determinado em número de 12. Devo adiantar a V.Exa. que 7 já estão definidos. 5 ficarão no Estado de Minas Gerais. E, através de gestões junto à Presidência da República e junto a BDF, conseguiu a criação de cinco distritos para seu Estado no momento em que eram publicados estes Decretos-Lei. Mais dois destes Decretos estão comprometidos com São Paulo. Restam 5, Sr. Presidente. Devo dizer que estes 5 restantes não está o Paraná nas cogitações da instalação do Distrito Florestal. As razões me fogem ao conhecimento e não poderia deixar, como representante de uma região tradicionalmente madeireira, dentro do Estado do Paraná e dentro do território nacional, de trazer ao conhecimento dos Srs. Deputados, a importância que se reveste a instalação deste Distrito no Paraná no plano econômico, para que se dê andamento ao programa para suprir as necessidades de papel no mercado interno e externo e que se reveste numa aplicação de 17 bilhões de dólares, cifra que por si só mostra a importância e o alto interesse que deve ter o Paraná para pedir para si a instalação de um ou dois Distritos dentro do nosso Estado.

Estes Distritos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, traria ao Paraná incentivos especiais na ordem de 20 bilhões de cruzeiros novos, o que vale dizer, 30 trilhões de cruzeiros antigos e com esta estrutura econômica permitirá o início de grandes indústrias de papel e celulose dentro de nosso Estado. Sr. Presidente, este benefício, seria desnecessário afirmar o interesse que deve ter o Paraná para exigir a instalação destes distritos no nosso Estado, porque pretende o Governo, Sr. Presidente, fazer com que firmas, grandes empresas com capacidade de fabricação de papel e celulose, com uma produção três vezes mais que a produção das Indústrias Klabin. Daí então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a classe empresarial do Paraná que não poderia também deixar de solicitar a ajuda e a participação imprescindível da imprensa do Paraná, porque esta Casa não é deste Deputado, não é deste Deputado representante de Guarapuava, mas é de todos os órgãos responsáveis pelos destinos econômicos deste Estado.

Sr. Presidente, tenho em mãos um estudo de viabilidade técnica e econômica, elaborada pelo grupo técnico do Centro de Pesquisa Florestal de Ciências Agrárias do Estado do Paraná, documento este que contém um estudo mais aprofundado das viabilidades técnicas e econômicas que o Paraná oferece para a implantação de um ou dois Distritos dentro de nosso Estado e dentro da importância deste Assunto.



Acho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não podendo falar aqui, a presença e a voz justamente do representante do terceiro planalto do Paraná, região esta tradicionalmente madeireira e que no decurso da aplicação dos incentivos fiscais para o reflorestamento, foi a região que mais perto chegou do que se propõe.

Gostaria, se houver amparo regimental, encaminhar à Mesa este documento de maior importância para o Paraná, para que ele seja transcrito nos Anais desta Casa e, posteriormente, enviado junto com uma reivindicação da Assembléia Legislativa do Paraná, ao Sr. Presidente do IBDF.

Quero dizer a Vv. Exas. que é do conhecimento da Secretaria do Planejamento do Estado, o teor deste Requerimento, que creio da maior importância porque cabe à Secretaria do Planejamento indicar ao IBDF, a localização de dois distritos florestais dentro do Estado.

Mas, o que mais me preocupa, é a exiguidade do tempo, porque temos prazo até quatro de abril para que o IBDF receba estes estudos para fazer a indicação que por certo irá à Secretaria do Planejamento para a instalação deste Distrito Florestal no Paraná.

Daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o meu apelo aqui, aos homens que compõem a nobre e valorosa Bancada da ARENA na pessoa do seu líder, Deputado Ivo Thomazoni e do meu companheiro de Bancada, o apelo pessoalmente a V.Exa., Deputado Paulo Camargo, para que ajude a esta Casa e ao Paraná, para que não fiquemos mais uma vez esquecidos, na divisão de incentivos e benefícios que tem prestado o Governo Federal, para a aplicação dentro do desenvolvimento econômico.

Reafirmo aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa admiração, e os meus votos de um trabalho profícuo de todos os colegas que tomam assento nesta Assembléia Legislativa.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Antonio Facci.

O SR. ANTONIO FACCI — Senhor Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Oriundos do interior do Estado, como a grande parcela dos homens que mantêm assento nesta Casa. Dispostos a iniciar nossa participação, ouvindo, sentindo e aprendendo por entender que, para que pudéssemos desenvolver um bom trabalho e, consequentemente, fazer jús à confiança que em nosso nome foi depositada por uma parcela da população de nosso Estado, teríamos inicialmente que nos situar bem e conhecer a mecânica do funcionamento do Poder Legislativo em âmbito estadual, porque, no âmbito municipal, já trazemos conosco a experiência de dois mandatos à Câmara Municipal de Maringá".

Mas, para surpresa, agradável, é claro, e honra nossa, fomos incluídos e escolhidos como um dos Vice-Líderes do MDB nesta Casa. Disposto, como disse, a ouvir para aprender e deixar para o futuro posições mais agudas e pronunciamentos abordando temas de maior profundidade, não podemos, no entanto, nos esquivar da responsabilidade maior do pronunciamento que pretendemos fazer hoje desta Tribuna, recorrendo, a nosso entender, justamente sobre um dos temas de maior importância para o desenvolvimento de nosso trabalho e posicionamento de nossa Bancada.

Cabe-nos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazer aqui um breve relato, histórico é verdade, com referência à Lei que criou o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, hoje Fundação IAPAR, para ao final, concluirmos e alcançarmos o que pretendemos.

Todos conhecem, quer por noticiários de jornais, Televisão ou Rádio, que no último dia 19 foi inaugurado em Londrina, e convenhamos, com festa e com a grata presença de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, a FUNDAÇÃO — IAPAR ou seja, o Instituto Agrônomo do Paraná. Da importância da obra é desnecessário discorrer aqui, tendo em vista a grande publicidade dada ao fato, convenhamos, nada melhor para nossa Agricultura que a localização de órgãos capacitados para pesquisa e ampliar

as condições de produtividade em relação ao clima e ao solo e mesmo tendo em vista a imperiosa necessidade de oferecer-se informações técnicas aos lavradores e agricultores de nosso Estado em tempo hábil. O que pretendemos é provar a PARTICIPAÇÃO, esquecida de fato, desta Casa no processo.

Vamos então enumerar e discorrer sobre algumas datas de vital importância:

- 1) — Em 10 de setembro de 1968, o Projeto de Lei que tomou o número 343/68, de autoria do então Deputado com assento nesta Casa, hoje prefeito de Maringá, SILVIO DARROS, tinha por finalidade criar o INSTITUTO AGRÔNOMO DO PARANÁ, com sede e localização em área de terras entre os municípios de Maringá, Astorga, Marialva e Sabáudia, às margens do Rio Pirapó;
- 2) — O projeto, depois de acurado estudo por parte das Comissões Técnicas, devidamente estudado pelos Senhores Deputados de então, foi aprovado em Redação Final em 26 de novembro de 1969;
- 3) — Vetado parcialmente (quanto à localização por motivos técnicos, não especificados no veto e nem tampouco na Mensagem) em 15 de dezembro do mesmo ano, foi o veto aceito por esta Casa;
- 4) — Com a parte vetada, ficou apenas a criação do Instituto Agrônomo do Paraná, sem no entanto dar, na própria Lei, sua localização, Lei que tomou o nº 6.061, publicada no Diário Oficial de 17/12/1969;
- 5) — O artigo 3º da referida Lei, fazia referência específica indicada no Órgão 50, programa 12, consignada no Orçamento Geral do Estado, para o exercício de 1970, emenda e recurso também consignada pelo então legislador Sílvio Barros;
- 6) — O artigo 4º da mesma Lei, estabelecida a forma de conquista de recursos para desapropriação de terreno necessário para a instalação do IAPAR e já conquistada através empenho junto ao IBC-GERCA, no valor de Cr\$ 1.200.000,00. Vejam os Senhores, que os legisladores da época, preocuparam-se não apenas em fazer a Lei no papel, mas sim, em dotá-la de todas as condições de exequibilidade;
- 7) — Em 29 de julho de 1970, e com base na Lei 6.061 DE INICIATIVA LEGISLATIVA foi firmado convênio entre o IBC-GERCA-ESTADO DO PARANÁ conquistando definitivamente, com a medida, o IAPAR os recursos necessários para desapropriação de terreno - RECURSO PREVISTO NA LEI ORIGINAL.
- 8) — Em 4 de maio de 1972, no entanto, através Mensagem 18/72, o Poder Executivo submeteu à apreciação desta Casa, a instituição FUNDAÇÃO-IAPAR, uma espécie de regulamento da Lei 6.061 — embora na Mensagem, faça citação da referida lei como inexequível e "que seus objetivos não foram colimados", foi a proposição aprovada, ficando o Executivo autorizado a extinguir a Lei 6.061, conforme o que preceitua o Artigo 10º, da Lei nº 6.292 — publicada no D.O. de 04/07/1972;
- 9) — O artigo 2º da Lei 6.292 (FUNDAÇÃO), autoriza ao Executivo a DOAR À FUNDAÇÃO IAPAR todo o acervo do IAPAR compreendendo terrenos, edificações, benfeitorias, aproximadamente 254,90 hectares de terras no valor de Cr\$ 1.290.410,00, COINCIDENTEMENTE valor igual ao constante em disposição no empenho junto ao IBC-GERCA e motivo de convênio acima citado.
- 10) — O Artigo 18 da Lei 6.292, prevê ainda, a absorção do remanescente do convênio celebrado em 29/07/1970, entre IBC-GERCA-ESTADO DO PARANÁ, vale-se acrescentar, firmado sob a égide da Lei 6.061, de iniciativa legislativa;
- 11) — Na placa comemorativa, nos pronunciamentos, no que foi escrito nas manifestações outras, consta apenas a criação da FUNDAÇÃO IAPAR PELA LEI 6.292, como se

mais houvesse anteriormente, como se nenhum trabalho existisse para a criação do Instituto Agrônômico do Paraná, antes da referida Lei.

O que pretendemos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é provar que, embora se procure, com os meios que se tenha em mãos, modificar as origens de determinada iniciativa, principalmente quando ela é legislativa, a história dirá aos estudiosos, a real, a verdade, a inequívoca e inquestionável posição de vanguarda do legislador na solução dos grandes problemas do Estado e do País.

No momento em que Sua Excelência o Senhor Presidente da República, anuncia a todo o País a abertura mais franca do debate, a valorização da classe política, dizendo que está disposto a ouvir a reivindicações dos representantes legítimos do povo, posicionamento aliás, alicerçado em medidas concretas, como as eleições livres de 74, a devolução dos subsídios a todos os vereadores, incentivando a participação de novas inteligências na vida pública, pois todos reconhecem, que as Câmaras Municipais e que moldam as grandes lideranças para o País, não poderíamos, nós que, conhecendo os fatos, as origens, a idéia inicial, o porque dos recursos que levaram a concretização do grande sonho paranaense em possuir o seu próprio Instituto Agrônômico, silenciar, calar, omitir, pois quem cala consente, quem silencia ou se omite, perde a condição que é inerente a toda a criatura humana de protestar e apresentar soluções futuras, como dissemos, queremos com nosso pronunciamento apenas registrar um fato, que amplamente noticiado, proclamado como o marco mais importante para a evolução de nossa agricultura, mola mestra de nosso Estado que se constitui em celeiro de nossa grande Pátria, mas omitindo, silenciando sempre com referência a origem da Lei que deu condições para a realização do grande sonho que é sem dúvida o INSTITUTO AGRÔNOMICO DO PARANÁ. Sem mencionar uma só vez a presença do Deputado no processo, enfim, marginalizando o legislador, e no caso o Ex-Deputado Sílvio Barros, hoje Prefeito de Maringá.

Senhores Deputados, nossa manifestação não é apenas de desagravo ao AUTOR DA MATÉRIA, mas de posicionamento de valorização do LEGISLATIVO, DA CLASSE POLÍTICA, do HOMEM QUE VAI DE ENCONTRO AS MAIS DIFERENTES MANIFESTAÇÕES POPULARES PARA RESOLVER OS SEUS PROBLEMAS.

O posicionamento do Excelentíssimo Senhor Presidente da República tem sido o de comportamento honesto democraticamente, no pensamento, nas palavras e na ação. Resta porém, que todos os homens que têm responsabilidade perante nosso Estado e o País, o sigam. Se para redemocratizar o País é necessário valorizar a classe política fatos como o aqui relatado não mais poderão ocorrer. Pois, parafraseando nosso eminente Líder e Presidente Nacional do MDB, Deputado Ulisses Guimarães, "uma idéia que não se transforma em palavra, não é tão boa idéia. Palavra que não se objetiva em ação, não é tão boa palavra".

Era só.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otávio Pereira da Silva, inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA DA SILVA — Sr. Presidente, declino do uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já deveria ter ocupado esta Tribuna no início da semana, para trazer ao conhecimento da Casa um fato que julgo de suma importância, qual seja colocar um paradeiro da maneira como se vem concedendo entrevistas, ou possibilitando que sejam entrevistados marginais, como no caso do criminoso do patrulheiro Francisco Feliciano Gonçalves Neto. Essa, como uma entrevista que tivemos oportunidade de assistir na quinta-feira passada, é um incentivo ao crime, e é estarrecedor.

Pudemos ver, há pouco tempo, no Estado de São Paulo, quando era entrevistado um marginal, que perguntavam a ele porque procedia daquela forma, ele explicou simplesmente dizendo que só assim ele podia aparecer na primeira página dos jornais e nos canais de televisão.

Por esse motivo estamos encaminhando um Requerimento ao Sr. Secretário de Segurança Pública, para ver da possibilidade da regulamentação, impedindo que entrevistas como essas sejam levadas ao ar, posto que só servem como incentivo à marginalização, ao crime.

O Requerimento é o seguinte: (lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que ao final assina, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, contendo apelo no sentido de que S.Exa. examine a possibilidade de impedir que marginais e criminosos concedam entrevistas à imprensa televisada, escrita e falada, relatando em minúcias todos os detalhes dos crimes praticados, traumatizando a quantos assistem, lêem e ouvem tais entrevistas, ou incentivando, quem sabe, a muitos a enveredarem pela senda do crime, como foi o caso dos assassinos do patrulheiro, Feliciano Gonçalves Neto, levado à entrevista coletiva em data de 1º de março, com sensacionalismo condenável.

Sala das Sessões, em 5 de março de 1975".

Acho bastante justo que a Segurança e a Polícia dêem conhecimento ao público de seu trabalho, de sua dedicação. Entretanto, acho que a Polícia deveria simplesmente dar notícia das medidas tomadas e não possibilitar a entrevista de marginais como aconteceu.

O Sr. Antonio Facci — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). V.Exa. está de fato de parabéns. Em 1971, na Câmara de Maringá, tivemos oportunidade de apresentar um Requerimento dirigido não apenas ao Judiciário de Maringá, como também ao Tribunal de Justiça do Estado, solicitando que uma das emissoras de rádio daquela cidade fosse proibida de apresentar entrevistas com presos, principalmente com presos que passam a noite no cárcere e em seguida voltam à circulação. Esse programa, se não me engano, chamava-se "Atrás das Grades". As prostitutas eram entrevistadas e diziam que faziam do "trottoir" sua profissão porque era muito mais rendoso que serem domésticas.

Entendíamos que o programa, que tinha, de fato, audiência, atentava contra a moral e os costumes. Fomos, graças a Deus, bem sucedidos e o programa daquela emissora foi tirado do ar. V. Exa. está de parabéns.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Quero agradecer ao eminente Deputado o seu aparte, o qual vem colaborar com a minha justificativa do Requerimento que, neste momento, encaminho à mesa.

Louvamos o trabalho e a boa vontade da Polícia de nosso Estado e conhecemos, Deputado Antonio Facci, o seu trabalho em Maringá. Entretanto, sabemos quanto é danoso à segurança e à sociedade entrevistas como essas.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otávio Pereira da Silva, inscrito.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa Executiva desta Casa comunica que, de acordo com informações que obtivemos das autoridades policiais, das áreas federal e estadual, não houve prisão de nenhuma pessoa, dentro ou fora das dependências da Assembléia Legislativa. Entretanto, em vista da repercussão alcançada pelo acontecimento, a Mesa Executiva solicitou, após ouvir o Senhor Secretário de Segurança Pública, general Mário Carneiro Portes, ao Diretor da Polícia Civil, que prossiga nas diligências policiais para esclarecer os fatos, a fim de ressaltar a dignidade e a soberania da Assembléia. Afirma aos Senhores Deputados que estamos na firme convicção de defender a plenitude do Poder desta Casa, que não serve e não deverá servir de instrumento de promoção à classes ou

peessoas. Acredito que todos os Senhores Deputados desejam que o episódio de ontem seja esclarecido plena e completamente.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da Tribuna. Necessita de apoio. — APOIADO — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá a Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado — Irá a Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO — do projeto de Lei nº 136/72, de autoria do Dep. João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar o Instituto Estadual da Soja e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. e CONTRÁRIO da C.A.I.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — REJEITADO.

## PROJETO DE LEI Nº 136/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

ARTIGO 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar o INSTITUTO ESTADUAL DA SOJA, órgão de natureza autárquica e que terá por finalidade precípua definir, orientar e executar a política estadual da cultura da soja.

§ ÚNICO — Como parte integrante de sua estrutura técnica o INSTITUTO ESTADUAL DA SOJA manterá uma Divisão de Pesquisas Agronômicas e uma Estação Experimental.

ARTIGO 2º — O Poder Executivo regulamentará a presente lei dentro do prazo de 90 (noventa) dias a contar da sua sanção.

ARTIGO 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio “DEZENOVE DE DEZEMBRO”, 29 de agosto de 1972.

a) JOÃO FADEL

## JUSTIFICATIVA:

A notável expansão da cultura da soja em nosso Estado, no último quinquênio, foi responsável pelo surgimento de novas perspectivas para determinadas regiões onde a atividade agrícola encontrava-se como que bitolada pelas culturas tradicionais e, em alguns casos, em sentido retrocesso pelo baixo índice de produtividade cada vez mais acentuada de safra para safra. Para as cidades do centro-oeste a partir de Ponta Grossa, inclusive, a perfeita aclimação da oleaginosa teve significativa efeito para a economia local pois propiciou a industrialização com implantação de complexos de produção de óleo comestível e tortas de ração animal, com as naturais vantagens decorrentes dos investimentos realizados concretizados no aproveitamento de mão-de-obra ociosa, formação de um distrito industrial e expansão dos serviços e equipamentos comunitários que passaram a ser usufruídos por maior parcela da população antes marginalizada, do processo de desenvolvimento sócio-econômico regional.

Na região norte-noroeste do Estado também a cultura da soja encontrou excepcionais condições para seu desenvolvimento, o

que determinou para o Paraná uma posição de relevância na economia de exportação do produto em decorrência da agressiva política de vendas externas em execução pelo Governo Federal facilitada pelo fato de a soja ser produto de mercado garantido — tanto interno como externo —, pois a extraordinária rentabilidade de sua industrialização faz com que mais e mais se aperfeiçoem as técnicas de seu aproveitamento.

Em virtude das atuais previsões oficiais de aumento de produção de soja e tendo em vista a posição vanguardista do Paraná naquela cultura, tudo nos autoriza a visualizar um “ciclo da soja” no Paraná que, economicamente, poderá ter tanta repercussão quanto o tiveram os ciclos da erva mate, da madeira e do café, com a vantagem de que a mesma impõe sua industrialização e não será, assim, uma cultura predatória, com dividendos passageiros, mas contribuirá para o desenvolvimento industrial do Estado fazendo com que possamos superar a fase eminentemente agrária que até agora tem dado suporte maior a nossa economia.

Assim, a criação do INSTITUTO ESTADUAL DA SOJA visa preparar o poder público para intervir positivamente no desenvolvimento e amparo àquela cultura e fazer com que o Estado crie condições de reinvestimento regional para o capital advindo daquela cultura e evite a repetição do que se verificou no auge da “boom” cafeeiro, quando o Paraná assistiu inerte e inerte à fuga de sua economia, através da aplicação dos lucros auferidos com a cultura do café, em investimentos imobiliários em outros Estados, principalmente São Paulo, que viu seu litoral povoar-se, literalmente, de edifícios suntuosos construídos com os lucros decorrentes da exploração da terra paranaense. Nós entendemos que o dinheiro que a cultura da soja vier a produzir aqui deverá ser aplicada localmente, para maior desenvolvimento do Estado na execução de inadiáveis programas de saúde, saneamento básico, comunicações, escola, transportes e energia elétrica, sem falar nos necessariamente importantes intencos de amparo à pesquisa tecnológica e ao desenvolvimento da agricultura.

Daí porque, entendo oportuno o presente projeto de lei o que, os nobres Deputados também certamente assim o entenderão e darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 136/72

- 1 — O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado JOÃO DEL, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar o Instituto Estadual da Soja.
- 2 — Trata-se de mera autorização Legislativa que não fere qualquer dispositivo legal ou constitucional, pelo que nosso parecer é pela sua aprovação.

E o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1972.

- a) ARMANDO QUEIROZ DE MORAES — Presidente  
a) ERONDY SILVERIO — Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 136/72

Tratando-se de projeto meramente autorisatório, não há nenum óbice na sua aprovação. O Poder Executivo no tempo oportuno dará os elementos financeiros para a criação e funcionamento do Instituto. Somos, pois, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1972.

- a) FUAD NACLI — Presidente  
a) ANTONIO LOPES JUNIOR — Relator

## COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 136/72

Assinado pelo ilustre Deputados JOÃO C. FADEL, o projeto



de Lei ora em exame nesta Comissão, autoriza o Poder Executivo a criar o Instituto Estadual de Soja, com a finalidade de definir, orientar e executar a política estadual da sultura da soja.

Muito embora as extensas considerações do ilustre autor, expeditas na justificação apresentada, todas elas salientando a necessidade da criação do Instituto Nacional da Soja, sou forçado a me manifestar contrário a aprovação da matéria pelas seguintes razões:

1 — O produto já tem garantia de preço mínimo pelo Governo Federal;

2 — Seu plantio, comercialização e armazenamento estão amparados por financiamento dos bancos oficiais e privados;

3 — A sua exportação já está devidamente regulamentada.

Finalmente (A criação do Instituto acarretaria despesas, onerando o produto que, no final, seriam pagas pelo produtor.

Pela REJEIÇÃO

E o parecer, sub-censura.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1974.

a) ANTONIO MACIEL - Presidente (Relator)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a Mesa, expediente formado pelo Sr. Deputado Muggiati Filho, comunicando a designação dos Srs. Deputados Antonio Facci, Enéas Faria, Hélio Manfrinato, Luiz Carlos Zuk, Osvaldo Macedo e Trajano Bastos de Oliveira, para Vice-Líderes, sem prevalência de função de uma para outro, quanto a ordem de colocação. — Ao Departamento Legislativo. À Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ilustre homem público Pedro Aleixo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, no sentido da federalização das Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do Expediente, solicitando votos de congratulações aos integrantes da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Curitiba, eleita no dia 1º do corrente. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do Expediente, solicitando seja enviado Telex, ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, bem como ao Sr. Coronel Walter Peracchi Barcellos, no sentido de que sejam apressados as construção e instalação da agência de Marechal Cândido Rondon. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, encarecendo providências no sentido de, em convênio com o Município de Maringá, providenciar o serviço de realização do leito do Ribeirão Maringá. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações à Secretaria dos Transportes, se foram iniciados os estudos de viabilidade técnica, para o respectivo asfaltamento da estrada do CERNE. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, lido da Tribuna, solicitando a inserção da Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, o editorial do jornal, "O Estado do Paraná" denominado "A Crise do Algodão" publicado na edição de hoje. — **Aprovado. (O Editorial a ser transcrito, acha-se publicado no final desta Ata.**

Re Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do Expediente, solicitando a publicação nos Anais da Casa, do documento anexo e o encaminhamento urgente do mesmo à Direção do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. — **Aprovado. (O Documento a ser transcrito, acha-se publicado no final desta Ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr.

Secretário de Segurança Pública, no sentido de que examine a possibilidade de impedir que marginais e criminosos concedam entrevistas à imprensa televisada, escrita e falada, relatando em minúcias os detalhes dos crimes praticados. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do Expediente da Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Detran. — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, V.Exa. está colocando em discussão o Requerimento protocolado sob o nº 17/4. Quer me parecer que o Sr. Deputado Enéas Faria precisa ser esclarecido quanto às suas atribuições para que deste esclarecimento possa situar uma Comissão Especial de Srs. Deputados, já aprovado com anuência da unanimidade da Bancada da Arena. A pretensão de discutir a validade do Requerimento no que concerne as indagações feitas a Órgãos Públicos envolvidos no assunto, muito embora pudesse regimentalmente ser razoável, digo, passível de contestação, entende esta Liderança que não poderia a Comissão de Srs. Deputados ser constituída, já proposta e já aprovada, desempenhar com isenção de ânimo, sem que tivesse como instrumento básico a resposta do Poder Público, as indagações formuladas por V.Exa. o Sr. Deputado. Por esta razão, Sr. Presidente, a Arena dá apoio ao presente Requerimento. Todavia, Sr. Presidente, como o episódio da presença de S.Exa. o Sr. Deputado na Tribuna, suscitado com que se convencionou em princípio, reconheceu como excesso de autoridade policial contra um determinado líder da operosa classe dos condutores autônomos do transporte coletivo. Deve, Sr. Presidente, esta liderança, cumprimentar V.Exa. pelas providências já anunciadas, daqueles fatos já devidamente esclarecidos. Porque tem essa liderança informação, e deve nelas acreditar o que foram colhidos em fontes dignas de crédito. De que nem a Polícia Civil, nem a Polícia Militar, nem tão pouco a Delegacia de Ordem Política e Social, muito menos o glorioso Exército Nacional como também não, a Polícia Federal, estão envolvidos neste episódio.

No qual também não está envolvida a Segurança desta Casa. Como quer me parecer, Sr. Presidente, que o episódio poderia, com a audiência que esta Casa mereceu, com a honra e quase totalidade dos motoristas de taxis, se pudesse o episódio da forma em que foi apresentado e na oportunidade principalmente, como ele se apurou neste Plenário, amaneira como foi anunciado, já quando os espíritos das próprias galerias estavam sob emoção, quero acreditar, que tomados pela posição justa para eles, deveria trazer consequências imprevisíveis para todos nós, que temos neste Plenário não só a extensão do nosso lar no que concerne a inviolabilidade de que nos pretendemos manter. Mas para que, por favor, não se repitam inconvenientes que poderão, no futuro, prejudicar a boa ordem não dos trabalhos tão somente, Sr. Presidente, mas o bom entendimento.

Que não se constate, Sr. Presidente, no futuro, que houve preparação do ato por parte de qualquer Sr. Deputado do meu Partido. Quero acreditar também no Partido da Oposição, porque a crer nas insinuações não nossas, porque nós cremos na integridade do Deputado Enéas Faria, em sua maturidade política, em seu acendrado amor a gente paranaense, homem que conseguiu vir a Esta Casa como o mais votado de todos os Deputados de nosso Estado. Acreditamos na sua intenção de bem defender a causa que se propôs a defender.

Mas se houve envolvimento de funcionários da Casa num ato pré-moldado para o acirramento dos ânimos neste Plenário, esta liderança voltará para cobrar as responsabilidades porque pretendemos manter a mais cordial e mais respeitosa convivência aqui. Mas jamais permitiremos que esta Casa volte a ser manchete nos canais de TV, nos jornais e nas frequências de nossas emissoras de rádio difusão, com a intenção muitas vezes de envolver, sem que para tanto tenhamos, qualquer um de nós contribuindo para que haja diminuição da soberania deste Poder que V.Exa. mais que ninguém tem sabido defender com a autoridade própria da indepen-



dência dos atos de V.Exa.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Pela ordem). Sr. Presidente, em nome da Bancada do MDB, queremos nos solidarizar com a Mesa pela posição tomada com relação ao episódio no dia de ontem, nesta Assembléia. Se ontem invocamos a responsabilidade desta Mesa para a apuração dos fatos que aqui ocorreram é que ao mesmo tempo em que nos preocupávamos com a liberdade de um cidadão, nos preocupávamos com a independência e a soberania do Poder Legislativo.

O fato houve, não sabemos quem o responsável e queremos saber. O MDB quer aplaudir a atitude desta Mesa de ir adiante até o fim da investigação para que tudo se esclareça.

Queremos preservar a independência e soberania desta Casa e manifestarmos nossa mais profunda preocupação com a liberdade de todo e qualquer cidadão. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa no momento faz questão de agradecer o apoio que recebeu das lideranças da ARENA e do MDB e deseja esclarecer também, que antes da votação deste Requerimento, se ele for aprovado encaminhará o expediente proposto pelo Deputado Enéas Faria como mera solicitação, sem o caráter imperativo de pedido de informações constitucionalmente previsto e do compulsório atendimento apenas por autoridade do âmbito administrativo estadual.

A Assembléia apenas solicitará as informações da Prefeitura sem o caráter imperativo de pedido de informações. Em votação o Requerimento.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, quando esta Liderança fez menção quanto a validade do Requerimento, estava exatamente a arguir o ponto abordado por V. Exa., que me fugiu.

Devo aplaudir a clarividência de V. Exa. em pedir a transformação do pedido de informações, sem que a autoridade solicitada a responder o Requerimento fosse sujeita a crime de responsabilidade se não o respondesse, não estando diretamente jurisdicional a nossa fiscalização.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão. — Aprovado

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, sobre pedido de informações ao DETRAN. Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para discutir). Sr. Presidente, perdoo-a interferência deste Deputado, por favor, não a entendam como pretensão ao vedetismo — mas tão somente para que medidas acauteladoras possam ser adotadas a tempo.

Houve, em 74, um episódio envolvendo o Departamento de Trânsito de nosso Estado, com a pessoa do Sr. Diretor e o Sr. Secretário de Segurança, porque esta Casa havia aprovado um Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, dirigido ao Dr. Marcos Prado, então diretor do DETRAN, solicitando informações que S.Ss. respondeu prontamente. Ocorre, Sr. Presidente, que aquele fato, aquela época, foi considerado pelo general Mário Portes como um excesso, ou como uma superação daquela autoridade departamental.

Sugeriria, portanto, a Liderança do MDB, que tão somente mudasse o endereço do Requerimento, ao invés de solicitar as informações ao Sr. Diretor do DETRAN, o fizesse ao Sr. Secretário do Negócios da Segurança Pública, para que se evitasse episódios de desagradáveis, de quebra de hierarquia e que envolvem personalidades da administração pública.

A sugestão, creio, terá a aceitação e o respaldo da ilustre Bancada do MDB, e que haverá de disciplinar a forma de encaminhamento do pedido de informações.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. ANTONIO FACCI — (Pela ordem). Sr. Presidente, em nome da Bancada do MDB, estamos inteiramente de acordo com a sugestão do ilustre Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência aceita a sugestão e o Requerimento será encaminhado ao Sr. Secretário de Segurança. Em votação. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 6, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 97/73 marcando ainda uma Sessão Ordinária para sexta-feira, dia 7, as 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL do Projeto de Lei nº 267/73.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO OTÁSSIO PEREIRA, EM SESSÃO DO DIA 5 DE MARÇO DE 1975.

### A CRISE DO ALGODÃO

1974 foi considerado um ano muito ruim pelos produtores paranaenses de algodão. Mas há gente com medo de que este ano seja ainda pior.

Para evitar que essa hipótese sombria se torne realidade, os cotonicultores paranaenses estão fazendo uma série de reivindicações, vinculadas sobretudo a reformulação do preço mínimo, à concessão de financiamento e garantias de comercialização.

Há trechos significativos no memorial recentemente entregue ao ministro da Agricultura por um parlamentar que atua como porta-voz da cotonicultura paranaense. Nos parágrafos seguintes, por exemplo, os cotonicultores de nosso Estado sintetizam o drama que estão vivendo: Adubos, inseticidas, todos os insumos modernos, como é público e notório, triplicaram de preço. Além do mais o lavrador luta também com o problema da erosão, que avassala as terras, tirando-lhes a fertilidade e baixando a produtividade. Na corrente safra, o produtor de algodão, além dos percalços inerentes ao ramo, travou também combate insano contra as chuvas excessivas, que ocasionaram novos plantios, provocando a compra de mais sementes e encarecendo os custos".

Essas circunstâncias agravam o quadro de angústias do cotonicultor paranaense. Mas o problema central, mesmo, é a comercialização desvantajosa. Pois, se em 1974 o preço mínimo era de Cr\$ 45,00, atualmente é de Cr\$ 35,20 por arroba.

Depois de uma fase de alguns anos "de ouro", o algodão está vivendo uma época de crise. No ano passado a crise se manifestou violentamente com a estagnação das exportações. Sem conseguir comercializar vantajosamente o produto, a maior parte dos cotonicultores, tanto paranaenses como paulistas, mineiros, mato-grossenses e goianos entrou praticamente numa situação de insolvência. Os bons lucros do período de vantajosas exportações constituem atualmente apenas um sonho distante.

O preço do algodão por libra peso, no mercado internacional não vem se comportando de acordo com as expectativas dos exportadores. E vão se frustrando as esperanças nas possibilidades de uma reação positiva do mercado externo, que abra nova perspectiva para as exportações brasileiras.

Em 1973, queixam-se alguns cotonicultores, perdemos excelentes oportunidades para exportar. A queixa é semelhante a que fazem os exportadores de soja, que também alegam ter perdido, bom negócios por não ter autorização para exportar nos momentos mais propícios (por isso mesmo o governo acaba de alterar o sistema, flexibilizando-o para que boas oportunidades possam ser aproveitadas sempre que apareçam).

Em meados de 1973, quando o mercado internacional oferecia bons preços, as exportações foram restringidas. Em 1974, com os preços em declínio, não adiantou a liberação das exporta-

ções. Quando as exportações foram bloqueadas, certamente as autoridades buscavam evitar que houvesse um problema interno de oferta do produto para as indústrias têxteis. Pensavam sobretudo, no abastecimento interno e aguardavam que se avolumassem os excedentes para então liberar as exportações.

Mas o mercado internacional não esperou pelo nosso algodão... Em 1974, com as exportações liberadas foi muito difícil fechar negócios e as poucas transações foram feitas a preços vis, diante do declínio do preço por libra peso.

Não é de estranhar, diante desse drama, que a cotonicultura atravesse um período de esvaziamento, com muitas áreas onde se plantava algodão agora aproveitadas para o trigo ou o soja.

Os cotonicultores que persistem na lavoura, confiantes mais no mercado interno do que no externo, enfrentam vicissitudes, retratadas com realismo no memorial recentemente entregue ao ministro da Agricultura, em Londrina.

Para solucionar o drama da cotonicultura, a reivindicação básica e o reajuste do preço mínimo para Cr\$ 50,00. Isso para que o cotonicultor não sofra prejuízos e renove suas esperanças de persistir plantando algodão. Para que sejam criadas as condições que impeçam o completo esvaziamento da cotonicultura será ainda necessário dinamizar o sistema de crédito. Pois atualmente, como diz o memorial, "o crédito para o setor praticamente não existe. Apenas o Banco do Brasil financia a cotonicultura e ainda assim com muita cautela".

Se no passado bem próximo fomos exportadores de algodão estamos agora ameaçados — diante da eminente ruína da cotonicultura — de termos problemas até para o abastecimento interno. Pois quem vai querer plantar algodão nos próximos anos, se não forem oferecidas garantias mínimas de rentabilidade?

## PORTARIAS

### PORTARIA Nº 29/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 968/75, de 13 de fevereiro de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar para prestar serviços, BOLIVAR CAMARGO BARROS, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Gabinete da "ARENA" junto ao Gabinete do Deputado Gilberto Rezende de Carvalho.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

### PORTARIA Nº 30/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 1008/75, de 14 de fevereiro de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

lotar, RONALDO BAPTISTA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

### PORTARIA Nº 31/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 1098/75, de 18 de fevereiro de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a MERCHID BELICH FILHO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1973, a partir de 1º de março de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

### PORTARIA Nº 32/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 1106/75, de 19 de fevereiro de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a LINDAMIR GONÇALVES BORGONOVO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, sendo quinze (15) dias do ano de 1973 e quinze (15) dias do exercício de 1974, a partir de 17 de fevereiro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

### PORTARIA Nº 33/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 967/75, de 13 de fevereiro de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a ANGELINA GARCIA PACHECO, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias referente ao exercício de 1974, a partir de 17 de fevereiro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

### PORTARIA Nº 34/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 830/75, de 03 de fevereiro de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a ROGÉRIO ANTONIO DO NASCIMENTO, funcionário

rio do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias referentes ao exercício de 1974, a partir de 3 de fevereiro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 35/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 1125/75, de 19 de fevereiro de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar para prestar serviços no Gabinete da Presidência, o funcionário CELSO COUTINHO DE CAMARGO, ora a disposição deste Poder Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 36/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 1005/75, de 14 de fevereiro de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar para prestar serviços no Gabinete da Presidência, o funcionário ANTONIO FRANCO FERREIRA DA COSTA FILHO, ora a disposição deste Poder Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 37/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 822/75, de 3 de fevereiro de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a JACIRA MACHADO BINI, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 4 de janeiro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 38/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LE-

GISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no Processo protocolado sob o nº 841/75, de 4 de fevereiro de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar o funcionário ADILSON VICENTINI, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Egon Pudell.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 39/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no Processo protocolado sob o nº 1120/75, de 19 de fevereiro de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar os funcionários abaixo especificados, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria: FLODOALDO TRINDADE, RENATO EUGENIO REBELLO SHAITZA, MUSSA JOSÉ ASSIS, CARMEM APARECIDA FREGONEZE, ZENO PACIORNIK, EMERENTINO DA CRUZ PACCA, PEDRO LIBERTI, CELIA MARIA GRAÇA HATSCHBACH, CELLI EUCLEA GALLIANO, MARIA ELIZABETE POLI KUROWSKI, LAZARO DA SILVA e IZABEL DE FREITAS, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 3 de fevereiro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 40/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

designar WALFRIDO RIBEIRO DE CAMARGO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços de Assessoramento, no Gabinete da 1ª Secretaria, sem prejuízo das vantagens inerentes ao cargo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 41/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 1120/75, de 19 de fevereiro de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria,



OTAVIO GUERREIRO CASTELAN, MONOEL DIAS e SEBASTIÃO CORDEIRO DOS SANTOS, ora a disposição deste Poder, a partir de 3 de fevereiro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 42/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 1120/75, de 19 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria, os funcionários HAMILTON GUERREIRO CARNEIRO e DIRCEU DA SILVA, contratados deste Poder Legislativo, a partir de 3 de fevereiro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 43/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 1120/75, de 19 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar JOSÉ ANGELI, ora a disposição deste Poder Legislativo, para exercer as funções de Motorista, no Gabinete da 2ª Secretaria, a partir de 20 de fevereiro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 44/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 914/75, de 7 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar os seguintes funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Presidência, a partir de 5 de fevereiro de 1975: LUIZA ZACH VIANTE, CENIRA FREITAS, MAURÍCIO GONÇALVES e JOÃO FARIAS.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 45/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 914/75, de 7 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, VILSON DA SILVA NATAL e ALBERTO MIGUEL, ora a disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços de Motorista, no Gabinete da Presidência, a partir de 5 de fevereiro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 47/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 1231/75, de 24 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar WALTER JOSÉ PEIXER, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 3 de fevereiro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 46/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 914/75, de 7 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, WILFRIED KAESTER e RENATO MIGUEL, funcionários Contratados deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Presidência, como motorista.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 48/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1022/75, de 14 de fevereiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar IRACY DA SILVA RUDNIK, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 13 de fevereiro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral